



CNPJ nº 88.747.928/0001-85
 Carta Patente SUSEP nº 020
 Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
 CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:

A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2021.

Cenário econômico

O ano de 2021 prometia ser marcado pela continuidade das reformas estruturais, porém foi fortemente atingido pelos efeitos econômicos decorrentes da pandemia. A crise mundial também atingiu nosso País e todos os setores foram atingidos de alguma forma. De qualquer

sorte, o mercado de previdência privada tem apresentado oportunidades de crescimento contínuas. A previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade

A Entidade apresentou no exercício de 2021 um superávit de R\$ 2.662 mil, resultado impactado pelo aumento dos resultados financeiros. A Entidade reinveste seu superávit e não distribui resultados aos participantes.

Organização estatutária

Não houve, no exercício de 2021, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária.

O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

Controles internos

A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado. Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em

dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras

A Entidade continuará a enviar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

A Diretoria
 Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Circulante	40.883	24.840
Disponível	18.361	5.858
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	18.361	5.858
Aplicações (Nota 6)	20.310	15.508
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	1.288	1.577
Valores a receber	1.288	1.577
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	916	1.860
Títulos e créditos a receber	640	1.436
Assistência financeira a participantes	12	88
Outros créditos	264	336
Outros valores e bens (Nota 8)	8	37
Bens a venda	8	37
Não circulante	4.658	16.128
Realizável a longo prazo	2.340	16.128
Aplicações (Nota 6)	-	7
Títulos e créditos a receber	2.340	16.121
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	-	13.188
Assistência financeira a participantes (Nota 6 (g))	196	319
Depósitos judiciais (Nota 7)	2.144	2.614
Outros valores e bens	2.318	-
Outros valores e bens (Nota 2.12)	2.318	-
Total do ativo	45.541	40.968

Passivo e patrimônio social	2021	2020
Circulante	11.783	10.731
Contas a pagar	4.817	2.063
Obrigações a pagar (Nota 10)	4.794	1.897
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11)	13	112
Impostos e contribuições (Nota 12)	10	4
Outras contas a pagar	-	50
Débitos de operações com previdência complementar (Nota 13)	12	9
Outros débitos operacionais	12	9
Depósitos de terceiros (Nota 14)	107	624
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	6.237	8.035
Planos bloqueados	1.599	3.070
Planos não bloqueados	4.638	4.965
Outros débitos	610	-
Outros débitos (Nota 2.12)	610	-
Não circulante	7.903	7.044
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	4.891	5.884
Planos bloqueados	4.731	5.690
Planos não bloqueados	160	194
Outros débitos	1.127	1.160
Provisões judiciais (Nota 17)	1.127	1.160
Débitos diversos	1.885	-
Passivos de arrendamento (Nota 2.12)	1.885	-
Patrimônio social	25.855	23.193
Reserva patrimonial (Nota 18)	3.204	3.204
Reservas de retenção de superávit (Nota 18)	22.651	19.989
Total do passivo e do patrimônio social	45.541	40.968

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social (Em milhares de reais)

	Reservas de superávit				Total
	Reserva patrimonial	Retenção de superávit	Contingências de benefícios	Superávits acumulados	
Em 1º de janeiro de 2020	3.204	17.590	1.785	-	22.579
Superávit do exercício	-	-	-	614	614
Destinação do superávit	-	588	26	(614)	-
Em 31 de dezembro de 2020	3.204	18.178	1.811	-	23.193
Reversão da Reserva de Contingências	-	-	(256)	256	-
Superávit do exercício	-	-	-	2.662	2.662
Destinação do superávit	-	2.918	-	(2.918)	-
Em 31 de dezembro de 2021	3.204	21.096	1.555	-	25.855

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

No exercício 2020, a entidade passou a conceder assistência financeira aos seus participantes, de acordo com a Circular Susep nº 600/20.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 24 de fevereiro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propó-

sito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, por exemplo, os investimentos em classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio social. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as operações de títulos e créditos a receber, operações de assistência financeira, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os valores registrados nas contas de créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e créditos resultantes da venda de investimentos (imóveis), incluindo a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2021	2020
Variações de outras provisões técnicas	(76)	(45)
Benefícios retidos	129	(497)
Contribuições para cobertura de riscos	6.768	8.341
Variação das provisões técnicas de prêmios	1.362	249
Prêmio ganho (Nota 20)	8.130	8.590
Sinistros ocorridos (Nota 19)	(2.656)	(2.193)
Custo de aquisição (Nota 19)	(92)	(293)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 19)	(963)	346
Despesas administrativas (Nota 19)	(4.591)	(6.301)
Despesas com tributos (Nota 19)	(249)	(196)
Resultado financeiro (Nota 19)	3.112	1.203
Resultado patrimonial (Nota 19)	(210)	-
Resultado operacional	2.534	614
Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 19)	128	-
Superávit do exercício	2.662	614

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	2.662	614
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.662	614

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

2.5 Ativos não circulantes

Realizável a longo prazo É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, circulantes ou não circulantes, são revisados anualmente se identificado evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contratos de previdência (seguros)

A Entidade utilizou as regras do CPC11, da SUSEP e do CNSP para avaliação e classificação de todos os contratos de previdência com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre.

2.8 Avaliação de passivos originados de contratos de previdência

Provisões relacionadas à atividade de previdência As provisões técnicas visam dar garantia às operações de previdência privada, com base em cálculos atuariais. São calculadas, quando aplicável, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321/2015 e Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de planos de aposentadoria, pensão e pecúlio.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As principais premissas de cálculo são:

Tábua de Mortalidade BR-EMS 2021, segregada por sexo; Indexador monetário do Plano; e Taxa de juros livre de risco (padrão SUSEP).

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados; Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados; Probabilidade de perda judicial (para despesas vinculadas a processos judiciais); Atualização monetária vinculada.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída para cobrir os eventos já ocorridos e que por qualquer motivo ainda não foram avisados à Entidade. As principais premissas de cálculo são:

Valores de Benefícios registrados (avisados, reestimados, cancelados e pagos); Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (quando aplicável); e Atualização monetária vinculada.

Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR): constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:

Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou retiradas; Data de início e término de vigência do risco; e Data de emissão do risco.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobe-

tura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro; Juros de Mora; Atualização Monetária; e Probabilidade de perda judicial (para Benefícios vinculados a processos judiciais).

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro; Juros Remuneratórios do Plano; Atualização Monetária;

Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Resgates (quando aplicável); Valores de devolução de contribuições (quando aplicável); Outros valores a regularizar; e Atualização monetária.

Teste de adequação dos passivos - TAP

Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade. O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2021 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados. Para esse teste, a Entidade elaborou metodologia que considera a sua melhor estimativa para cada um dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, sempre utilizando premissas correntes e realistas para o teste. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. A metodologia elaborada pela Entidade leva em consideração elementos que impactam diretamente no fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como níveis de permanência dos participantes no plano, taxas de mortalidade da Tábua BR-EMS-2021 M&F publicada pela SUSEP, além da já mencionada taxa de juros livre de risco.

O TAP seguiu o que determina a Circular SUSEP nº 517/2015, conforme demonstrado na Nota 15.

2.9 Obrigações a pagar

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata" dia).

2.10 Impostos e contribuições

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspendendo o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natu-

» CONTINUAÇÃO

reza civil utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual. Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes. As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.12 Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Entidade arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Entidade detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo.

A adoção inicial do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2021, resultou nos seguintes reconhecimentos contábeis na data base de 31 de dezembro de 2021:

Ativo não circulante

Outros valores e bens	
Ativo de direito de uso	2.929
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(611)
Total do ativo	2.318

Passivo circulante

Outros débitos	
Passivos de arrendamento	824
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(214)

Passivo não circulante

Outros débitos	
Passivos de arrendamento	2.118
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(233)
Total do passivo	2.495

2.13 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações.

2.14 Apuração do resultado

Receitas e despesas de previdência

As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem, ou seja, segundo o regime de competência.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir:

Normas que entrarão em vigor nos exercícios seguintes:

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 17 (CPC 50) – Substitui a orientação que existe atualmente sobre o reconhecimento das operações de Seguros.
Resolução CNSP 432/2021 – Substitui a Resolução CNSP 321/2015. Circular Susep 648/2021 – Substitui a Circular Susep 517/2015.
A Entidade pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

Tendo em vista que IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 17 (CPC 50) não foram aprovadas pela SUSEP, não obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de impairment similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial. Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que

advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas. Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de inscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos: Definições do produto; análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes; Expectativa de vendas; revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto;

Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados. Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorrido, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Planos	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2021	2020
Pecúlio	(269)	(245)
Pensão	(1)	(0)
Total	(270)	(245)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Planos	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2021	2020
Aposentadoria	(61)	(43)
Pensão	(844)	(833)
Total	(905)	(876)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

UF	Contribuição bruta	
	2021	2020
AC	65	76
AL	77	85
AM	239	322
AP	102	117
BA	221	260
CE	248	297
DF	266	324
ES	72	91
GO	117	141
MA	132	141
MG	244	296
MS	199	275
MT	92	122
PA	420	493
PB	168	197
PE	364	431
PJ	66	80
PR	167	218
RJ	1.892	2.284
RN	205	226
RO	95	122
RR	124	159
RS	633	857
SC	183	228
SE	69	82
SP	301	405
TO	7	12
	6.768	8.341

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele: Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%. Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,011% com base em consumo limite de

7,07% e Stress PL diário de -0,060% com consumo limite de 5,99%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.

A política de assistência financeira da Entidade considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira. A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 321/15 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2021:

	2021	2020
Patrimônio social	25.855	23.193
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	195	1.729
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	319	358
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	514	2.087
PLA de nível 1 (i)	26.369	-
PLA de nível 2	514	-
PLA de nível 3	-	-
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) soma de (i) e (ii)	26.369	25.280

Capital Mínimo Requerido (CMR)

	2021	2020
a) Capital base	-	-
b) Capital de risco (CR)	4.134	6.254
(+) Capital adicional de risco de subscrição	1.437	1.989
(+) Capital adicional de risco de crédito	1.586	2.731
(+) Capital adicional de risco operacional	16	21
(+) Capital adicional de risco de mercado	2.511	3.657
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(1.416)	(2.144)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	4.134	6.254
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	4.134	6.254
Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	22.235	19.026

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	2	2
Depósitos bancários à vista	205	718
Equivalente de caixa (i)	18.154	5.138
	18.361	5.858

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento ITAU Soberano, Itaú Corp. Plus RF DI, BB Fundo, BTG Pactual e Caixa FI Topázio Corp. RF, com carteiras composta principalmente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2021		2020	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento (i)				
WINNETOU FI				
RF FATOR	0	0	7	7
ITAU RESTEC				
TP RF	3.560	3.560	15.508	15.508
XP RESERVA TECNICA FI RF	8.085	8.085	0	0
Total das quotas de fundos	11.645	11.645	15.515	15.515
Total de aplicações	11.645	11.645	15.515	15.515
Curto prazo	11.645	11.645	15.508	15.508
Longo prazo (*)	0	0	7	7
Total de aplicações	11.645	11.645	15.515	15.515

(i) Quotas de Fundos de Investimento Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

(*) Em 31 de dezembro de 2021, não há aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial (2020 - R\$ 7).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda são os seguintes:

	2021		2020	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
ANGA TOTAL RETURN FIM CP (*)	1.022	1.022		
ANGA PORTFOLIO FIM (*)	5.614	5.614		
PRASS FIDC II (*)	2.029	2.029		
Total de títulos disponíveis para venda	8.665	8.665		

(*) Em 31 de dezembro de 2021, os saldos referem-se a 901.323,32 cotas emitidas pelo ANGA TOTAL RETURN FIM CP, 1.500.642,65 cotas emitidas pelo ANGA PORTFOLIO FIM e 522,92 cotas emitidas pelo FIDC PRASS FIDC II.

(c) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2021	2020
Quotas de fundos de investimento		
Sem vencimento	11.645	15.515
	11.645	15.515

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(d) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos.

A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
 - (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
 - (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.
- A Entidade possui como política de gestão de risco

CONTINUAÇÃO

	Circulante		Não circulante	
	2021	2020	2021	2020
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	13.955	7.212	60.575	36.444
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	(9.801)	(4.261)	(42.161)	(20.303)
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	(2.344)	(1.758)	(8.793)	(8.326)
Cessão de crédito- FIDC Mono Cota	(1.632)	(1.026)	(8.415)	-
Cessão de crédito- FIDC Sabemi XI	(135)	-	(912)	(7.301)
	43	167	294	514
	2021	2020	2021	2020
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(7.923)	(4.686)	(20.515)	(14.131)
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	5.469	2.653	13.855	7.253
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	1.223	1.094	2.660	2.974
Cessão de crédito- FIDC Mono Cota	1.100	860	3.509	3.709
Cessão de crédito- FIDC Sabemi XI	101	-	399	-
	(30)	(79)	(92)	(195)
	13	88	202	319
Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (II)	(1)	-	(6)	-
Assistência financeira a participantes	12	88	196	319

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Entidade.

	Receita Financeira		Securitização		Cessão	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
FIDC Angá VII (i)	2.738	1.099	54.088	24.818	33.796	15.660
FIDC Danúbio (i)	488	463	10.642	10.226	6.846	6.480
FIDC Mono Cota (i)	687	492	12.229	8.496	6.862	4.257
FIDC Sabemi XI (i)	62	-	1.159	-	656	-
	3.975	2.054	78.118	43.540	48.160	26.397

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro conta de Renda com assistência financeira (Nota 19).

(i) Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem co-obrigação ao respectivo fundo, onde a Entidade exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(II) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2021 é apurada pela Administração da Entidade em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Entidade considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de *impairment* aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado.

Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve as características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

- Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;
 - Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;
 - Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;
 - Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.
- Além disso, de forma conservadora, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão são 100% provisionados nos grupos I e J.
- As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
A vencer acima de 12 meses	109	319
A vencer em até 12 meses	6	88
Vencidos em até 12 meses	100	0
Vencidos 13 - 24 meses	0	0
Vencidos 25 - 36 meses	0	0
Vencidos acima de 36 meses	0	0
	215	407

7 Depósitos judiciais

Estão registrados os valores decorrentes de depósitos judiciais, também atualizados até a data do balanço.

	2021	2020
Depósitos judiciais - benefícios (i)	1.245	1.459
Depósitos judiciais - cíveis e outros (ii)	899	1.155
	2.144	2.614

(i) A redução nos depósitos é decorrente de encerramento de processos passivos.

(ii) A redução deve-se ao encerramento de processos no período, os quais tinham como garantida valores depositados em juízo.

8 Outros valores e bens

São registrados nessa rubrica os imóveis destinados à venda do loteamento Parque Emboaba, do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando em 31 de dezembro de 2021, 2 lotes (2020 - 28).
Movimentação:

15 Provisões técnicas

(a) Provisão complementar

As provisões técnicas de operações de previdência complementar são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais e conforme cálculos fornecidos pelo atuário habilitado, segundo as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

	31/12/2020	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2021
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.577	677	(966)	-	1.288
Benefícios Concedidos - PMBC	4.019	77	(490)	504	4.110
Sinistros a Liquidar - PSL	4.135	3.338	(3.995)	(648)	2.830
Resgates e outros a regularizar - PVR	822	186	(152)	218	1.074
IBNR	1.016	540	(581)	-	975
IBNER	(401)	509	(634)	-	(526)
Complementar de Cobertura - PCC	2.215	6	(1.085)	-	1.136
Despesas Relacionadas - PDR	536	121	(513)	97	241
Total	13.919	5.454	(8.416)	171	11.128
Circulante	8.035				6.237
Não circulante	5.884				4.891

	Saldo	Quantidade lotes
Saldo em 1º de janeiro de 2020	37	28
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37	28
Baixa por venda	(29)	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8	2

9 Investimentos

São registrados nesta rubrica propriedades para investimento no Estado de Santa Catarina, sendo: Village Sulmar - 132 lotes, Village Sulmar Zona Norte - 290 lotes, Village Sulmar Zona Nova - 200 lotes e Loteamento Nova Califórnia - 236 lotes.

	2021 e 2020
Custo Atualizado	
Loteamento V.Sulmar	274
Loteamento V.Sulmar Zona Norte	232
Loteamento V.Sulmar Zona Nova	160
	666

	2021 e 2020
Perdas por redução no valor recuperável (<i>impairment</i>)	(666)
Total	-

No final do exercício de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 01, a Entidade efetuou análise de recuperação dos seus investimentos através de estudo técnico elaborado internamente, avaliação que resultou em uma provisão de R\$ 666 referente aos loteamentos Village Sulmar. Não houve modificações significativas na avaliação atualizada para 31 de dezembro de 2015, tendo sido mantido os valores provisionados para 31 de dezembro de 2019. De acordo com nossos assessores jurídicos, tramita na Vara Cível da Comarca de Sombrio/SC, o processo nº 0301216-03.2019.8.24.0069, ação judicial contra a Prefeitura de Sombrio/SC, questionando a cobrança de IPTU e pleiteando a extinção das matrículas no Registro de Imóveis.

10 Obrigações a pagar

São registrados nestas contas os valores decorrentes de fornecedores, honorários e gratificações, acordos processuais e outras obrigações a pagar, provenientes das operações com correspondentes.

	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	5	70
Sabemi Seguradora (i) (Nota 16)	4.386	153
Pecúlio União Previdência (ii) (Nota 16)	202	-
Sabemi Tec. Ltda	55	511
Sabemi Intermediadora (Nota 16)	6	1.119
Outras obrigações a pagar	140	44
Total do circulante	4.794	1.897
Total de obrigações a pagar	4.794	1.897

(i) Refere-se a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente.

(ii) Em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/Nº 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Adicionalmente, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência do Pecúlio União Previdência Privada.

11 Impostos e encargos sociais a recolher

São registrados nestas rubricas os valores decorrentes de impostos de renda na fonte de terceiros, contribuições previdenciárias (INSS), contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e contribuições sociais retidas de terceiros.

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte terceiros	2	18
Imposto sobre serviços retidos	1	41
Imposto sobre operações financeiras	3	-
Contribuições previdenciárias retidas	-	1
Outras contribuições retidas de terceiros	7	52
	13	112

12 Impostos e contribuições

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes. Inclui a provisão para o Programa de Integração Social (PIS), constituída à alíquota de 0,65%. As entidades abertas de previdência privada complementar são isentas de Imposto de Renda e a partir da Instrução Normativa SRF nº 588/05, também estão isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Art. nº17 da INSRF nº 588/05).

	2021	2020
Programa de Integração Social - PIS	10	4
	10	4

A Sabemi Previdência Privada obteve o direito ao não recolhimento da COFINS após o trânsito em julgado da ação judicial nº 2007.71.00.033163-5 junto ao TRF 4ª Região. Sendo assim, a Entidade suspendeu o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011, de acordo com a orientação dos assessores jurídicos internos e externos (Nota 17).

13 Débitos de operações com previdência complementar

Referem-se ao saldo de arrecadação de planos previdenciários de convênios com órgãos públicos, em fase de identificação e processamentos.

	2021	2020
Planos de Pecúlio a identificar	12	9
	12	9

14 Depósitos de terceiros

Referem-se a depósitos bancários, recebidos de contribuintes/participantes, com sua regularização ainda não identificada. Abaixo demonstramos o período de permanência dos valores na conta.

	2021	2020
Identificação		
Vencidos até 30 dias	3	92
Vencidos de 31 a 60 dias	-	258
Vencidos de 61 a 120 dias	-	246
Vencidos de 121 a 180 dias	6	14
Vencidos de 181 a 365 dias	14	11
Vencidos acima de 365 dias (i)	84	3
	107	624

(i) A Administração está implementando uma política de regularização de valores a classificar, promovendo sua identificação, recuperação e reclassificação.

	31/12/2019	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2020
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.615	151	(189)	-	1.577
Benefícios Concedidos - PMBC	3.824	79	(407)	523	4.019
Sinistros a Liquidar - PSL	3.628	3.316	(3.034)	225	4.135
Resgates e outros a regularizar - PVR	734	165	(189)	112	822
IBNR	844	567	(395)	-	1.016
IBNER	108	323	(832)	-	(401)
Complementar de Cobertura - PCC	2.477	169	(431)	-	2.215
Despesas Relacionadas - PDR	629	118	(304)	93	536
Total	13.859	4.888	(5.781)	953	13.919
Circulante	7.884				8.035
Não circulante	5.975				5.884

(b) Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

Ativos oferecidos em cobertura

	2021	2020
Total de provisões técnicas	11.128	13.919
Dedução por depósitos judiciais	(316)	(1.044)
Total a ser coberto	10.812	12.875
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	11.645	15.508
Ativos oferecidos em cobertura	11.645	15.508
Suficiência de cobertura	833	2.633

(c) Comportamento da provisão de benefícios em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para benefícios da Entidade, denominada de tabela de desenvolvimento de benefícios:

Benefícios administrativos:	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	Benefícios administrativos:									
Provisões para benefícios no fim do exercício	575	647	911	1.068	1.268	1.045	1.393	1.208	1.751	1.549
Valor Acumulado dos pagamentos até										
Um ano	171	160	331	419	500	445	530	284	859	
Dois anos	182	251	379	503	570	664	572	473		
Três anos	245	283	409	519	695	678	655			
Quatro anos	267	304	411	639	702	738				
Cinco anos	279	305	525	639	750					
Seis anos	279	412	525	657						
Sete anos	386	412	542							
Oito anos	386	430								
Nove anos	404									

Provisão Reestimada

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Um ano	218	342	464	73	138	211	442	373	531	
Dois anos	298	394	27	33	171	105	85	77		
Três anos	344	10	29	104	86	50	40			
Quatro anos	5	16	100	24	43	28				
Cinco anos	15	76	17	20	23					
Seis anos	7	2	16	22						
Sete anos	1	4	18							
Oito anos	2	5								
Nove anos	3									

Benefícios judiciais:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Benefícios judiciais:										
Provisões para benefícios no fim do exercício	2.020	3.677	4.321	4						

» CONTINUAÇÃO

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M + TR + 6%	Renda Vitalícia	-	541	720	179
Renda	Morte	CSO58M + TR + 6%	Renda Vitalícia	-	3.523	4.480	957
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	46	46	-
Total					4.110	5.246	1.136

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBC BD	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	1.136	1.136
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	-

Para 31 de dezembro de 2021 foi identificada insuficiência no grupamento referente aos Fluxos de Benefícios em Curso – Aposentadoria e Benefícios em Curso - Pensão. Esta insuficiência está relacionada ao fato de que a expectativa de vida dos beneficiários do plano de renda atualmente é superior à expectativa de vida da época de desenvolvimento do produto. Desta forma, a Entidade, baseada em taxas de sobrevivência condizentes com o grupo de beneficiários, projeta um período de pagamento de rendas futuras superior ao estabelecido na Nota Técnica do Plano. Esta insuficiência está devidamente compensada através da constituição de PCC-PMBC – Provisão Complementar de Cobertura referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 1.136, conforme demonstrado abaixo:

Grupo	TAP - provisão a constituir
Grupo "A" - Operações Registradas - Benefícios de Aposentadoria – RC	179
Grupo "B" - Operações Registradas - Benefícios de Pensão – RCC	957

O TAP também foi realizado com as datas-base de 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de se obter as relações comparativas entre os mesmos.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2020:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.577	1.218	(359)
Total	1.577	1.218	0

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(24.222)
Total	(24.222)

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M + TR + 6%	Renda Vitalícia	-	600	899	299
Renda	Morte	CSO58M + TR + 6%	Renda Vitalícia	-	3.400	5.317	1.917
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	19	18	(1)
Total					4.019	6.234	2.215

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBC BD	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	2.215	2.215
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	-

Teste de sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa analisar o efeito da alteração das premissas de cálculo atuarial incluídas na estruturação dos fluxos de caixa, base do TAP, pelas quais a Entidade não detém seu controle. No contexto atual, a principal premissa que pode, com certa facilidade, ter alteração de valor em relação ao esperado é a mortalidade.

O Teste de Sensibilidade envolvendo a variável mortalidade foi processado agravando linealmente as taxas de mortalidade (qx) da Tábua BR-EMS 2021, segregada por sexo e sem a aplicação de fatores de *Improvement*, em 10% (dez por cento) e reprocessando o TAP, verificando se haveria a necessidade de constituição de algum valor em função desta variação de parâmetro. Após a análise, verificou-se que, mesmo com o aumento nos valores pagos de benefícios, não haveria a necessidade de constituição de nenhum valor adicional ao já constituído pela Entidade.

(e) Provisões judiciais relacionadas a benefícios

O critério para constituição da reserva técnica para os planos da Entidade é o provisionamento pelo valor estimado de perda. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitiva. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R\$ 0,01 para as causas remotas. Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de resgate e/ou outros valores a regularizar, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de despesas relacionadas e de forma não individualizada na provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos não suficientemente avisados e provisão complementar de cobertura.

	2021				2020			
	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	5.955	-	105	-	3.737	-	75	-
Possível	-	-	-	-	-	-	-	-
Provável	10.502	7.901	134	7.901	9.913	10.437	156	10.437
Total	16.457	7.901	231	7.901	13.650	10.437	231	10.437

Em 31 de dezembro de 2021, do montante total provisionado R\$ 7.901, R\$ 6.377 referem-se as provisões individuais e R\$ 1.524 referem-se as provisões globais, enquanto em 31 de dezembro de 2020 do montante total provisionado R\$ 10.437, R\$ 7.511 referiam-se as provisões individuais e R\$ 2.926 referiam-se as provisões globais.

(f) As movimentações das provisões são como seguem:

Saldo do início do período	10.437	10.709
Total pago no período	(598)	(790)
Novas constituições no período	102	94
Baixa da provisão por êxito	(83)	(94)
Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	(1.434)	236
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	(523)	282
Saldo final do período	7.901	10.437
Quantidade de ações pagas no período	49	49
Quantidade de ações novas no período	31	26

16 Partes relacionadas

	2021					Total
	Sabemi Seguradora	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Tec	Sabemi Negócios	Sabemi Participações	
Ativo						
Títulos e créditos a receber (iii)	2					2
Títulos e créditos a receber (iv)	23					23
Passivo						
Obrigações a pagar (iii)	4.487	202	55	6		4.750
Resultado do período						
Receitas - Pró-labore (iv)	263					263
Despesa prestação serviços			1.304			1.304
Total						
	Sabemi Seguradora	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Tec	Sabemi Negócios	Sabemi Participações	Total
Ativo						
Títulos e créditos a receber (i)					13.179	13.179
Títulos e créditos a receber (ii)		108				108
Títulos e créditos a receber (iii)	1.044					1.044
Títulos e créditos a receber (iv)	31					31
Passivo						
Obrigações a pagar (iii)	153	-	511	1.119		1.783
Resultado do período						
Receitas - Pró-labore (iv)	421					421
Despesa prestação serviços			3.054			3.054

- (i) Saldo relativo a contrato de compra-venda de cotas subordinadas com a Sabemi Participações (Nota 6 (g)).
- (ii) Saldo relativo a transferência de carteira (Nota 10).
- (iii) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Entidade atua como correspondente realizando a cobrança de planos de pecúlio e seguros, repassados mensalmente. (Nota 6).
- (iv) A Entidade atua como estipulante em administração de apólices coletivas de acidentes pessoais, sendo remunerada conforme condições estabelecidas na apólice (Nota 6 (g) e 19).

17 Provisões judiciais

As causas judiciais, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Entidade, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas pelos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas:

(a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2021		2020			
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	189	291	47	310		
Possível	675	38	820	42		
Provável	1.127	492	1.127	614		1.160
Total	1.991	821	1.127	966		1.160

Em 31 de dezembro de 2021, do total de 821 causas não relacionadas a sinistros e beneficiários, 804 (2020 – 951) dizem respeito a causas cíveis, 7 (2020 - 8) a causas trabalhistas e 10 tributárias (2020 - 7). Houve um aumento de números de casos provisionados no exercício motivado pela mudança na política de contingência aprovada, incluindo provisão para processos de benefícios. Adicionalmente, em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/Nº 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado

entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Da mesma forma, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência do Pecúlio União Previdência Privada. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo provisionado inclui o montante de R\$ 249 (2020 - R\$ 140) de causas cíveis oriundas da Cessão de carteira proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada.

(b) As movimentações das provisões são como seguem:

	2021	2020
Saldo do início do período	1.153	1.485
Ações pagas no período	(967)	(567)
Novas constituições no período	1.390	1.822
Baixa da provisão por êxito	(330)	(463)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	(119)	(1.124)
Atualização monetária	-	-
Saldo final do período	1.127	1.153
Quantidade de ações pagas no período	64	48
Quantidade de ações novas no período (*)	84	802

(*) Mudanças na política de provisionamento impactou na quantidade de ações provisionadas no exercício.

Trabalhistas

	2021	2020
Saldo do início do período	7	-
Ações pagas no período	-	(3)
Novas constituições no período	-	11
Baixa da provisão por êxito	(7)	-
Alteração da provisão por alteração de estimativas	-	(1)
Saldo final do período	-	7

Quantidade de ações pagas no período	-	2
Quantidade de ações novas no período	-	3

Fiscais

	2021	2020
Saldo do início do período	-	6
Ações pagas no período	(488)	-
Novas constituições no período	488	-
Acréscimo/baixa da provisão por alteração de estimativas	-	(6)
Saldo final do período	-	-

18 Patrimônio social

(a) Reservas patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva patrimonial é de R\$ 3.204 (2020 – R\$ 3.204).

(b) Reserva de contingências de benefícios
No exercício de 2021 foi realizada a reversão da reserva de contingência de benefícios no valor de R\$ 256, de acordo com a Circular nº 648/21.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo acumulado dessa reserva é de R\$ 1.555 (2020 - R\$ 1.811).

(c) Reserva de retenção de superávit
No exercício de 2021 foi realizada a constituição da reserva de retenção de superávit no valor de R\$ 2.918, de acordo com a Circular nº 517/15 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo acumulado dessa reserva é de R\$ 21.096 (2020 - R\$ 18.178).

19 Composição das contas de resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da demonstração do resultado, conforme determina a legislação vigente:

	2021	2020
Sinistros ocorridos		
Planos de pecúlio	(2.821)	(2.529)
Varição de IBNR (i)	165	336
	(2.656)	(2.193)
Custo de aquisição	(92)	(293)
Despesas de cobrança	(92)	(293)
Outras receitas e despesas operacionais		
Pró-labore estipulante (ii)	267	421
Despesas judiciais	(1.196)	(474)
Constituição (i) (redução) de contingências (iii)	(36)	423
Outras despesas / receitas operacionais	2	(24)
	(963)	346

(ii) Refere-se à receita recebida como estipulante na administração de apólices (Nota 16).

(iii) Variação decorre principalmente da alteração de estimativa de perdas (Nota 17).

Despesas administrativas		
Despesas com serviços técnicos	(2.162)	(3.904)
Despesas com localização e funcionamento	(912)	(845)
Despesas com publicação	(137)	(87)
Despesa com donativos e contribuições	(68)	(89)
Despesas judiciais	(53)	(602)
Despesas com multas	(4)	(28)
Outras despesas (iv)	(1.254)	(746)
	(4.591)	(6.301)

(iv) Refere-se ao rateio de despesas com pessoal cedido pela Sabemi Seguradora.

Despesas com tributos		
PIS	(38)	(41)
Taxa de fiscalização	(136)	(130)
IPTU	(26)	(24)
Outras	(49)	(1)
	(249)	(196)

Receitas financeiras		
Receitas com assistência financeira (viii)	4.166	2.096
Receitas com renda fixa	657	479
Receitas com depósitos judiciais	186	254
Receitas com juros contratuais	270	685
Outras receitas eventuais	650	136
	5.929	3.650

(viii) Composto por receita com assistência financeira R\$ 191 e cessão de direitos creditórios R\$ 3.975.

Despesas financeiras		
Constituição (reversão) de provisões técnicas	648	(224)
Despesas com assistência financeira (ii)	(3.231)	(2.111)
Outras despesas	(234)	(112)
	(2.817)	(2.447)
Resultado financeiro	3.112	1.203

(ii) Refere-se a valores pagos de comissão na operação de assistência financeira.

Resultado patrimonial		
Despesas com imóveis – Impostos e taxas	(29)	-
Redução ao valor recuperável	(181)	-
	(210)	-

Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Venda de imóveis – saldo residual	128	-
	128	-

20 Principais ramos de atuação

A Entidade vem aumentando progressivamente a participação do plano Pecúlio por Morte em relação ao volume de contribuições emitidas da Entidade.

No exercício de 2021 o referido plano responde por aproximadamente 98% da receita de contribuições da Entidade, remanescendo os demais 2% para os planos de pensão. Assim, segue tabela com as informações referentes aos planos de Pecúlio por Morte:

Plano	Tábua de mortalidade	Taxa de carregamento	Taxa de juros
Pecúlio por morte	CSO - 58 Male	30%	6% a.a.
Pecúlio por morte	SGB - 75	30%	6% a.a.

Nos períodos analisados a Entidade não teve despesas de comercialização, a sinistralidade dos planos de pecúlio e pensão por morte foi:

	2021	2020
Prêmio ganho	8.130	8.590
Sinistros ocorridos	2.656	2.193</

» CONTINUAÇÃO

atuária, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.
Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841
ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria
e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 –
Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sabemi Previdência Privada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O

PROTOCOLO DE ASSINATURAS JORNAL DO COMÉRCIO

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://www.jornaldocomercio.com/edicao/jornal/jcomercio/2022/02/28/1409/issue9305.pdf>

Para verificar a autenticidade do documento acima acesse o site do ITI, ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação do certificado digital:

<https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.7/>

Selecione o PDF baixado e clique em verificar conformidade:

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

VERIFICADOR DE CONFORMIDADE

Arquivo de assinatura (recomenda-se os formatos .p7s, .xml, .pdf):

Selecione o arquivo de assinatura...

SELECIONAR ASSINATURA

VERIFICAR CONFORMIDADE

O documento foi assinado digitalmente pela Empresa Jornalística JC Jarros CNPJ 92.785.989/0001-04 com certificado digital reconhecido pelo ICP Brasil.

